

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	73
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2014</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	696.715
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>696.715</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	1.795.677	1.659.569
1.01	Ativo Circulante	467.761	364.882
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	397.730	320.520
1.01.01.01	Caixa e Bancos	397.730	320.520
1.01.06	Tributos a Recuperar	15.606	14.523
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	15.606	14.523
1.01.07	Despesas Antecipadas	25	25
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	54.400	29.814
1.01.08.03	Outros	54.400	29.814
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	13.243	16.303
1.01.08.03.02	Partes relacionadas - clientes	40.504	12.741
1.01.08.03.03	Outros créditos	653	770
1.02	Ativo Não Circulante	1.327.916	1.294.687
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	91.860	90.549
1.02.01.06	Tributos Diferidos	2.536	3.151
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	14	14
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	89.310	87.384
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	89.310	87.384
1.02.02	Investimentos	1.191.085	1.161.822
1.02.02.01	Participações Societárias	1.191.085	1.161.822
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.191.085	1.161.822
1.02.03	Imobilizado	27.658	25.583
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	27.658	25.583
1.02.04	Intangível	17.313	16.733
1.02.04.01	Intangíveis	17.313	16.733

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	1.795.677	1.659.569
2.01	Passivo Circulante	40.418	30.678
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.429	11.722
2.01.01.01	Obrigações Sociais	10.429	11.722
2.01.02	Fornecedores	2.616	5.768
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.616	5.768
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.702	1.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.702	1.000
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	1.702	1.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	23.237	9.248
2.01.04.02	Debêntures	23.237	9.248
2.01.05	Outras Obrigações	1.093	2.940
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	96	126
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	96	126
2.01.05.02	Outros	997	2.814
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26	26
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	971	2.788
2.01.06	Provisões	1.341	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.341	0
2.01.06.01.05	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	1.341	0
2.02	Passivo Não Circulante	840.058	825.411
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	839.961	825.316
2.02.01.02	Debêntures	839.961	825.316
2.02.04	Provisões	97	95
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	97	95
2.03	Patrimônio Líquido	915.201	803.480
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715
2.03.02	Reservas de Capital	1.583	1.313
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.583	1.313
2.03.04	Reservas de Lucros	105.452	105.452
2.03.04.01	Reserva Legal	78.843	78.843
2.03.04.10	Reservas de dividendos	26.609	26.609
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	111.451	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	37.811	27.974
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-22.563	-17.355
3.03	Resultado Bruto	15.248	10.619
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	116.563	126.310
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.291	-1.193
3.04.02.01	Amortização de ágio de investimentos	-1.291	-1.193
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	2
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	117.855	127.501
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	109.114	116.712
3.04.06.02	Juros sobre Capital Proprio recebidos	8.741	10.789
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	131.811	136.929
3.06	Resultado Financeiro	-18.349	-22.864
3.06.01	Receitas Financeiras	11.136	2.449
3.06.02	Despesas Financeiras	-29.485	-25.313
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	113.462	114.065
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.011	-31
3.08.01	Corrente	-1.396	18
3.08.02	Diferido	-615	-49
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	111.451	114.034
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	111.451	114.034
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,15615	0,16367

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	111.451	114.034
4.03	Resultado Abrangente do Período	111.451	114.034

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-8.535	7.336
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	24.443	11.338
6.01.01.01	Lucro Líquido	111.451	114.034
6.01.01.02	Depreciação e amortização	2.338	1.911
6.01.01.03	Amortização e ágio em investimentos	1.291	1.193
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	28.634	23.679
6.01.01.05	Prêmio de opções com base em ações	160	94
6.01.01.06	Tributos diferidos	615	33
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-117.855	-127.501
6.01.01.08	Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	158	0
6.01.01.09	Juros sobre Contrato de Mútuo	-2.351	-2.105
6.01.01.10	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais e atualização monetária	2	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-32.978	-4.002
6.01.02.01	Imposto de renda e contribuição social	1.341	-1
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-1.083	-1.739
6.01.02.03	Outros créditos	117	32
6.01.02.04	Fornecedores	-3.152	-1.727
6.01.02.05	Obrigações sociais	-1.293	-1.082
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	702	576
6.01.02.07	Outras contas a pagar	-1.817	-61
6.01.02.08	Partes relacionadas	-27.793	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	85.745	34.333
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e intangível	-5.151	-1.808
6.02.02	Partes relacionadas - fornecedores	0	863
6.02.03	Transações com partes relacionadas - Mutuo	425	3.731
6.02.04	Dividendos recebidos	90.471	31.628
6.02.05	Investimento em Controladas	0	-81
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-34.888
6.03.01	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	0	-34.888
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	77.210	6.781
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	320.520	8.306
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	397.730	15.087

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	270	0	0	0	270
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	270	0	0	0	270
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	111.451	0	111.451
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	111.451	0	111.451
5.07	Saldos Finais	696.715	1.583	105.452	111.451	0	915.201



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	696.715	433	78.967	0	0	776.115
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	433	78.967	0	0	776.115
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	94	-22.255	-18.834	0	-40.995
5.04.06	Dividendos	0	0	-22.255	-9.545	0	-31.800
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-9.289	0	-9.289
5.04.08	Plano de Opções com Base em Ações	0	94	0	0	0	94
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	114.034	0	114.034
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	114.034	0	114.034
5.07	Saldos Finais	696.715	527	56.712	95.200	0	849.154

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
7.01	Receitas	42.434	31.519
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	42.434	31.519
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.275	-4.467
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.984	-3.274
7.02.04	Outros	-1.291	-1.193
7.03	Valor Adicionado Bruto	37.159	27.052
7.04	Retenções	-2.338	-1.911
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.338	-1.911
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	34.821	25.141
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	128.991	129.950
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	117.855	127.501
7.06.02	Receitas Financeiras	11.136	2.449
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	163.812	155.091
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	163.812	155.091
7.08.01	Pessoal	15.679	11.549
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.593	9.979
7.08.01.02	Benefícios	1.472	1.029
7.08.01.03	F.G.T.S.	614	541
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.634	3.576
7.08.02.01	Federais	5.936	2.947
7.08.02.03	Municipais	698	629
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	30.048	25.932
7.08.03.01	Juros	14.241	14.476
7.08.03.02	Aluguéis	563	619
7.08.03.03	Outras	15.244	10.837
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	111.451	114.034
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	9.289
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	111.451	104.745

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	4.236.154	4.049.830
1.01	Ativo Circulante	1.045.387	921.800
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	812.548	708.896
1.01.01.01	Caixa e Bancos	812.548	708.896
1.01.03	Contas a Receber	92.465	104.852
1.01.03.01	Clientes	92.465	104.852
1.01.06	Tributos a Recuperar	19.196	15.832
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	19.196	15.832
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.219	5.094
1.01.07.01	Prêmios e Seguros a Apropriar	3.219	5.094
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	117.959	87.126
1.01.08.03	Outros	117.959	87.126
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	99.848	70.740
1.01.08.03.03	Outros créditos	13.030	14.512
1.01.08.03.04	Partes relacionadas	5.081	1.874
1.02	Ativo Não Circulante	3.190.767	3.128.030
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	154.775	155.463
1.02.01.06	Tributos Diferidos	128.627	129.905
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	128.627	129.905
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	277	290
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	25.871	25.268
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	15.712	15.075
1.02.01.09.04	Títulos e Valores Mobiliários	10.159	10.193
1.02.03	Imobilizado	131.154	137.071
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	131.154	137.071
1.02.04	Intangível	2.904.838	2.835.496
1.02.04.01	Intangíveis	2.904.838	2.835.496

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	4.236.154	4.049.830
2.01	Passivo Circulante	665.342	644.314
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.848	26.896
2.01.01.01	Obrigações Sociais	22.848	26.896
2.01.02	Fornecedores	33.651	57.509
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	33.651	57.509
2.01.03	Obrigações Fiscais	20.040	20.807
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	20.040	20.807
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	20.039	20.615
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	1	192
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	447.284	412.047
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	248.312	242.144
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	248.312	242.144
2.01.04.02	Debêntures	198.972	169.903
2.01.05	Outras Obrigações	67.106	54.800
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	23.782	3.316
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	39	39
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	23.743	3.277
2.01.05.02	Outros	43.324	51.484
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26	26
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	18.695	18.888
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	24.603	32.570
2.01.06	Provisões	74.413	72.255
2.01.06.02	Outras Provisões	74.413	72.255
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	42.744	49.932
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	9.680	9.519
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	21.989	12.804
2.02	Passivo Não Circulante	2.651.390	2.598.725
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.346.349	2.310.625
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	194.754	201.065
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	194.754	201.065
2.02.01.02	Debêntures	2.151.595	2.109.560
2.02.02	Outras Obrigações	53.447	55.827
2.02.02.02	Outros	53.447	55.827
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	12.537	12.671
2.02.02.02.04	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	0	559
2.02.02.02.05	Obrigações com o poder concedente	40.910	42.597
2.02.03	Tributos Diferidos	39.613	36.683
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	39.613	36.683
2.02.04	Provisões	211.981	195.590
2.02.04.02	Outras Provisões	211.981	195.590
2.02.04.02.05	Provisões para perda tributárias, trabalhistas e cíveis	67.000	65.206
2.02.04.02.06	Provisões para manutenção	142.671	128.116
2.02.04.02.07	Provisões para construção de obras futuras	2.310	2.268
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	919.422	806.791
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2.03.02	Reservas de Capital	1.583	1.313
2.03.04	Reservas de Lucros	105.452	105.452
2.03.04.01	Reserva Legal	78.843	78.843
2.03.04.10	Reserva de dividendos	26.609	26.609
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	111.451	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	4.221	3.311

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	518.649	441.029
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-236.994	-187.575
3.03	Resultado Bruto	281.655	253.454
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-22.830	-18.250
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.810	-18.235
3.04.02.01	Amortização de ágio de investimentos	0	-74
3.04.02.02	Despesas operacionais, gerais e administrativas	0	-18.161
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-20	-15
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	258.825	235.204
3.06	Resultado Financeiro	-84.848	-59.119
3.06.01	Receitas Financeiras	20.507	3.828
3.06.02	Despesas Financeiras	-105.355	-62.947
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	173.977	176.085
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-61.117	-60.623
3.08.01	Corrente	-56.909	-54.726
3.08.02	Diferido	-4.208	-5.897
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	112.860	115.462
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	112.860	115.462
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	111.451	114.034
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.409	1.428
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,15615	0,16367

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	112.860	115.462
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	112.860	115.462
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	111.451	114.034
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.409	1.428

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	277.989	220.362
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	276.621	227.180
6.01.01.01	Lucro Líquido	112.860	115.462
6.01.01.02	Depreciação e amortização	56.376	41.158
6.01.01.03	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	93.962	54.018
6.01.01.04	Variação monetária com o Poder Concedente	2.875	1.862
6.01.01.05	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-3.725	-1.404
6.01.01.06	Baixa do ativo propriedades para investimentos, imobilizado e intangível	229	10.693
6.01.01.07	Provisão para manutenção e para construção de obras futuras	7.570	741
6.01.01.08	Prov perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, depósitos judiciais e atual monetária	1.794	-1.006
6.01.01.09	Plano de opções com base em ações	270	94
6.01.01.10	Tributos diferidos	4.208	5.562
6.01.01.11	Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	249	0
6.01.01.12	Capitalização de Juros	-47	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.368	-6.818
6.01.02.01	Clientes	12.138	4.610
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-3.364	-3.676
6.01.02.03	Despesas antecipadas	1.888	1.378
6.01.02.04	Outros créditos e depósitos judiciais	845	15.397
6.01.02.05	Fornecedores	-23.858	-14.383
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	-4.048	-3.014
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-576	-1.140
6.01.02.08	Outras contas a pagar	-8.101	-9.605
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social	9.185	3.615
6.01.02.10	Partes relacionadas	17.259	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-120.482	-99.281
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-119.983	-101.194
6.02.02	Passivos com partes relacionadas	0	2.711
6.02.04	Acionistas não controladores	-499	-798
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-53.855	-42.183
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	-25.349	-41.153
6.03.02	Credor pela concessão	-4.755	-3.727
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	233	53.458
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	-9.648	-4.594
6.03.05	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-750	-32
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	0	-34.888
6.03.07	Juros pagos	-13.586	-11.247
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	103.652	78.898
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	708.896	68.126
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	812.548	147.024



**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480	3.311	806.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480	3.311	806.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	270	0	0	0	270	-499	-229
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	270	0	0	0	270	0	270
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-499	-499
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	111.451	0	111.451	1.409	112.860
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	111.451	0	111.451	1.409	112.860
5.07	Saldos Finais	696.715	1.583	105.452	111.451	0	915.201	4.221	919.422

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	696.715	433	78.967	0	0	776.115	3.205	779.320
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	433	78.967	0	0	776.115	3.205	779.320
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	94	-22.255	-18.834	0	-40.995	-798	-41.793
5.04.06	Dividendos	0	0	-22.255	-9.545	0	-31.800	-798	-32.598
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-9.289	0	-9.289	0	-9.289
5.04.08	Plano de Opção com Base em Ações	0	94	0	0	0	94	0	94
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	114.034	0	114.034	1.428	115.462
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	114.034	0	114.034	1.428	115.462
5.07	Saldos Finais	696.715	527	56.712	95.200	0	849.154	3.835	852.989

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
7.01	Receitas	563.777	480.918
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	456.345	409.042
7.01.02	Outras Receitas	19.123	13.801
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	88.309	58.075
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-160.488	-128.346
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-147.468	-118.531
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.020	-9.740
7.02.04	Outros	0	-75
7.03	Valor Adicionado Bruto	403.289	352.572
7.04	Retenções	-56.376	-41.158
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-56.376	-41.158
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	346.913	311.414
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	20.507	3.829
7.06.02	Receitas Financeiras	20.507	3.829
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	367.420	315.243
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	367.420	315.243
7.08.01	Pessoal	39.907	33.565
7.08.01.01	Remuneração Direta	32.254	27.139
7.08.01.02	Benefícios	6.196	5.071
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.457	1.355
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	106.243	100.512
7.08.02.01	Federais	82.220	78.949
7.08.02.03	Municipais	24.023	21.563
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	108.410	65.704
7.08.03.01	Juros	45.824	34.237
7.08.03.02	Aluguéis	3.055	2.757
7.08.03.03	Outras	59.531	28.710
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	112.860	115.462
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	9.289
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	111.451	104.745
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1.409	1.428

## Comentário do Desempenho

# EcoRodovias Concessões anuncia resultado do 1T14:

## Margem EBITDA alcança 60,8%

**São Bernardo do Campo, 06 de maio de 2013** – EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014 (1T14). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 31 de março de 2013 (1T13).

### DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- O volume de tráfego consolidado no 1T14 apresentou 58.387 mil veículos equivalentes pagantes.
- O EBITDA no 1T14 foi de R\$ 315,2 milhões atingindo a margem de 60,8%.
- O lucro líquido foi de R\$ 111,5 milhões no 1T14.

Destaques			
(em milhões de R\$)	1T14	1T13	Var.
Volume de tráfego (em milhares de veículos equivalentes pagantes)	58.387	52.626	10,9%
Tarifa média <sup>1</sup>	7,82	7,77	0,6%
Receita líquida	518,6	441,0	17,6%
Lucro líquido	111,5	114,0	-2,2%
EBITDA <sup>2</sup>	315,2	276,5	14,0%
Margem EBITDA	60,8%	62,7%	-1,9 p.p.
Capex	135,4	119,4	13,4%

<sup>1</sup> em Reais

<sup>2</sup> EBITDA = Lucro Líquido + IRPJ/CSLL + Despesas Financeiras Líquidas + Depreciação/Amortização

### COMPANHIA

A Companhia foi constituída em 16 de maio de 2007, com o objetivo de ser a subholding controladora dos negócios de concessão rodoviária do Grupo EcoRodovias. A principal atividade da Companhia é a exploração de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem.

## Comentário do Desempenho

Atualmente, por meio de suas concessionárias Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas e Ecosul, das quais detém 100% do capital social, exceto Ecosul que detém 90% do capital social, a Companhia administra rodovias nos principais corredores de importação e exportação brasileiros, detendo concessões com extensão total de 1.292,8 km de estradas de rodagem nos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, por onde passaram 58,4 milhões de veículos equivalentes pagantes no 1T14.

### ANÁLISE DO RESULTADO

#### VOLUME DE TRÁFEGO

Apresentamos abaixo a composição de tráfego, em quantidade de veículos equivalentes pagantes nas concessionárias referente aos períodos de 1T14 e 1T13.

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	1T14	1T13	Var.
<b>Comercial</b>			
Ecovias dos Imigrantes	7.334	6.369	15,2%
Ecopistas	7.889	6.705	17,7%
Ecovia Caminho do Mar	2.920	2.549	14,6%
Ecocataratas	4.693	4.203	11,7%
Ecosul Rodovias do Sul	4.781	3.884	23,1%
<b>Total</b>	<b>27.617</b>	<b>23.710</b>	<b>16,5%</b>
<b>Passeio</b>			
Ecovias dos Imigrantes	9.418	8.713	8,1%
Ecopistas	15.057	14.216	5,9%
Ecovia Caminho do Mar	1.554	1.416	9,7%
Ecocataratas	2.807	2.824	-0,6%
Ecosul Rodovias do Sul	1.934	1.747	10,7%
<b>Total</b>	<b>30.770</b>	<b>28.916</b>	<b>6,4%</b>
<b>Comercial + Passeio</b>			
Ecovias dos Imigrantes	16.752	15.082	11,1%
Ecopistas	22.946	20.921	9,7%
Ecovia Caminho do Mar	4.474	3.965	12,8%
Ecocataratas	7.500	7.027	6,7%
Ecosul Rodovias do Sul	6.715	5.631	19,3%
<b>VOLUME DE TRÁFEGO CONSOLIDADO</b>	<b>58.387</b>	<b>52.626</b>	<b>10,9%</b>

*Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos*

## Comentário do Desempenho

*pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.*

Em relação ao volume de tráfego total em veículos equivalentes pagantes, 47,3% corresponderam ao tráfego de veículos comerciais e 52,7% corresponderam aos veículos leves. O crescimento de volume para os veículos comerciais teve como principal fator o aumento na exportação de grãos via portos e, adicionalmente, o início da cobrança de eixos suspensos nas concessionárias de São Paulo. As condições climáticas favoráveis foram o principal fator de crescimento no volume de veículos de passeio.

### TARIFA MÉDIA

A tabela abaixo demonstra a tarifa média por veículo equivalente pagante, consolidada e por concessionária.

Tarifa Média (em R\$ / veículos equivalentes pagantes)	1T14	1T13	Var.
Ecovias dos Imigrantes	13,31	13,45	-1,0%
Ecopistas	2,58	2,58	0,0%
Ecovia Caminho do Mar	13,86	13,14	5,5%
Ecocataratas	9,16	8,43	8,7%
Ecosul	6,47	7,23	-10,5%
<b>Consolidado</b>	<b>7,82</b>	<b>7,77</b>	<b>0,6%</b>

*Nota: o cálculo da Tarifa Média Consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.*

Os reajustes contratuais das tarifas básicas foram de: 5,7% na Ecovia Caminho do Mar e 9,7% na Ecocataratas, em dezembro de 2013.

Na Ecovias dos Imigrante e Ecopistas, o governo de Estado de São Paulo cancelou o reajuste previsto para julho de 2013 de 6,2% e 6,5%, respectivamente e anunciou medidas para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, que são (i) redução do ônus variável de 3,0% para 1,5%; (ii) penalização das concessionárias: quando houver atrasos nos investimentos; (iii) cobrança do eixo suspenso dos veículos comerciais e; (iv) ônus fixo. A Resolução SLT Nº, 4 de 22 de julho de 2013 autorizou a cobrança de eixo suspenso a partir de 28 de julho de 2013, onde são considerados, para fins de cobrança da tarifa de pedágio todos os eixos de veículos comerciais, inclusive os que não estejam em contato com a pista no momento da passagem do veículo pelo conjunto de sensores utilizados nas praças de pedágio. Desta forma, o volume de tráfego do 1T14 foi parcialmente influenciado pelos efeitos desta cobrança.

Em dezembro de 2013, foram publicadas no Diário Oficial da União duas Resoluções da Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) referentes a 10ª Revisão Ordinária, a 6ª Revisão Extraordinária e o Reajuste das Tarifas Básicas de pedágio do complexo rodoviário administrado pela Ecosul. Com estas resoluções, houveram reduções nas tarifas de pedágio para veículos de passeio em 22,2% e 4,2% para veículos comerciais, devolução de trechos não pedagiados

## Comentário do Desempenho

totalizando 166,5 km de rodovias simples, incorporação de pista duplicada com extensão de 51,8 km e aumento gradativo do fator multiplicador de veículos pesados em relação aos veículos de passeio para 2 entre 2014 e 2016. As resoluções foram frutos de negociações entre Ecosul, Ministério dos Transportes e Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT), visando maximizar a eficiência das operações rodoviárias no Polo de Pelotas.

### RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada totalizou R\$ 563,8 milhões no 1T14, crescimento de 17,2%. A tabela abaixo apresenta a composição da receita bruta por empresa.

Receita Bruta			
(em milhões de R\$)	1T14	1T13	Var.
<b>Receitas de Pedágio:</b>	<b>456,4</b>	<b>409,0</b>	<b>11,6%</b>
Ecovias dos Imigrantes	223,0	202,9	9,9%
Ecopistas	59,2	54,1	9,4%
Ecovia Caminho do Mar	62,0	52,1	19,0%
Ecocataratas	68,7	59,2	16,0%
Ecosul	43,5	40,7	6,9%
Receitas Acessórias das Concessionárias	14,2	13,1	8,4%
Receita de Construção ICPC-01	88,3	58,1	52,0%
Receita de Serviços	4,9	0,8	512,5%
<b>Total</b>	<b>563,8</b>	<b>481,0</b>	<b>17,2%</b>

A receita com arrecadação de pedágio correspondeu a 80,9% da receita bruta consolidada no 1T14.

As receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias.

A receita de construção conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária, no valor de R\$ 88,3 milhões no 1T14, foram considerados como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado e, portanto não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

A receita de serviços e logística corresponde à prestação de serviços corporativos e exploração de outros serviços correlatos.

## Comentário do Desempenho

### CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS e ADMINISTRATIVAS

Os custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas consolidadas totalizaram R\$ 259,9 milhões no 1T14, representando 50,1% da receita líquida e crescimento de 26,3%.

Custos operacionais e despesas administrativas (em milhões de R\$)	1T14	1T13	
Pessoal	39,9	33,6	18,8%
Conservação e manutenção	18,1	16,7	8,3%
Serviços de terceiros	15,4	14,2	8,5%
Seguros	3,0	2,5	20,0%
Poder Concedente	6,1	9,8	-37,8%
Depreciação/Amortização	56,4	41,2	36,9%
Provisão Manutenção ICPC 01	18,4	16,0	15,0%
Custo de Construção de Obras ICPC 01	88,3	58,1	52,0%
Locações e aluguéis	3,1	2,8	10,7%
Outros	11,2	10,8	3,7%
<b>TOTAL</b>	<b>259,9</b>	<b>205,7</b>	<b>26,3%</b>

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria, serviços de limpeza, gerenciamento de riscos e vigilância.

### EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 315,2 milhões no 1T14, crescimento de 14,0% em relação aos R\$ 276,4 milhões obtidos 1T13. A margem EBITDA atingiu 60,8% no 1T14, uma redução de 1,9 pontos percentuais em relação ao 1T13.

EBITDA (em milhões de R\$)	1T14	1T13	Var.
Lucro líquido	111,5	114,0	-2,2%
Imposto de renda e contribuição social	61,1	60,6	0,8%
Resultado financeiro	84,8	59,1	43,5%
Depreciação e amortização	56,4	41,2	36,9%
Participação de minoritários	1,4	1,4	0,0%
Amortização de investimentos	-	0,1	-100,0%
<b>EBITDA</b>	<b>315,2</b>	<b>276,4</b>	<b>14,0%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>60,8%</b>	<b>62,7%</b>	<b>-1,9 p.p.</b>

### RESULTADO FINANCEIRO



## Comentário do Desempenho

O resultado financeiro líquido consolidado no 1T14 foi negativo em R\$ 84,8 milhões conforme demonstrado no quadro abaixo:

Resultado financeiro (em milhões de R\$)	1T14	1T13	Var.
Juros sobre debêntures	(35,7)	(27,9)	28,0%
Juros sobre Financiamentos	(10,2)	(6,4)	59,4%
Varição monetária debêntures e financiamentos	(45,6)	(19,1)	138,7%
Varição monetária sobre direito de outorga	(2,9)	(1,9)	52,6%
Receita sobre aplicação financeira	19,8	3,3	500,0%
Ajuste a valor presente ICPC-01	(4,6)	(3,8)	21,1%
Outros efeitos financeiros	(5,7)	(3,3)	72,7%
<b>TOTAL</b>	<b>(84,8)</b>	<b>(59,1)</b>	<b>43,5%</b>

### LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido apresentado totalizou R\$ 111,5 milhões no 1T14, que representa uma queda de 2,2% em relação aos R\$ 114,0 milhões do 1T13.

### ENDIVIDAMENTO

Em 31 de março de 2014, a dívida líquida consolidada totalizou R\$ 1.871,1 milhões.

ENDIVIDAMENTO (em milhões de R\$)	31/03/2014	31/12/2013	Var.	Taxa	Moeda	Vencimento
<b>Concessões Rodoviárias</b>						
Debêntures 2º Emissão - EcoRodovias Conc. e Serv.	863,2	834,6	3,4%	CDI+0,79% a.a	R\$	outubro-2022
Debêntures 1º Emissão - Ecovias dos Imigrantes	106,9	95,9	11,5%	IGP-M + 9,5% / 104,0%	R\$	novembro-2014
Debêntures 2º Emissão - Ecovias dos Imigrantes	941,2	915,8	2,8%	IPCA + 3,8% / IPCA +	R\$	abril-2024
Debêntures 1º Emissão - Ecopistas	439,2	433,2	1,4%	IPCA+8,25% a.a.	R\$	outubro-2022
BNDES- Ecopistas	193,5	197,9	-2,2%	TJLP+2,40% a.a	R\$	junho-2025
CCB - Ecovia Caminho do Mar	109,1	106,4	2,5%	108,4% do CDI	R\$	outubro-2014
CCB - Ecosul	74,2	50,1	48,1%	CDI + 2,03% a.a.	R\$	outubro-2014
CCB - Ecosul	36,5	57,7	-36,7%	108,0% do CDI / 108,4%	R\$	dezembro-2014
Finame BNDES - Ecocataratas	28,1	29,7	-5,4%	TJLP + 2,30% a.a.	R\$	julho-2018
Outros	1,7	1,4	21,4%	-	R\$	outubro-2022
<b>Dívida Total</b>	<b>2.793,6</b>	<b>2.722,7</b>	<b>2,6%</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	812,5	708,9	14,6%			
Aplicação financeira vinculada	110,0	80,9	36,0%			
<b>Dívida Líquida</b>	<b>1.871,1</b>	<b>1.932,9</b>	<b>-3,2%</b>			

(\*) Inclui as aplicações financeiras vinculadas à liquidação das debêntures, registradas na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

### CAPEX

Os investimentos realizados no 1T14 totalizaram R\$ 135,4 milhões, e são representados principalmente pelas obras relacionadas ao aditivo contratual na Ecovias dos Imigrantes, as obras

## Comentário do Desempenho

nas marginais na Ecopistas.

CAPEX (em milhões de R\$)	1T14			1T13			Var. TOTAL 1T14*1T13
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	
Ecovias dos Imigrantes	74,3	5,1	79,4	45,8	8,7	54,5	45,7%
Ecopistas	24,2	-	24,2	24,5	-	24,5	-1,2%
Ecovia Caminho do Mar	7,9	0,4	8,3	16,9	2,1	19,0	-56,3%
Ecocataratas	0,3	9,9	10,2	8,4	7,0	15,4	-33,8%
Ecosul	8,2	-	8,2	3,8	0,4	4,2	95,2%
EcoRodovias Concessões	5,1	-	5,1	1,8	-	1,8	183,3%
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>120,0</b>	<b>15,4</b>	<b>135,4</b>	<b>101,2</b>	<b>18,1</b>	<b>119,4</b>	<b>13,4%</b>

### RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/A foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2014: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”. Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$ 46,8 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

\*\*\*\*\*

## Notas Explicativas

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“EcoRodovias Concessões” ou “Companhia”), tem por objetivo participar em outras Companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes (SP-160), km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

As controladas diretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 4.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., para o período findo em 31 de março de 2014 foram elaboradas sob responsabilidade da Administração, a qual autorizou sua conclusão, como também foram apreciadas e discutidas no Comitê de Auditoria, ambos em 05 de maio de 2014.

### 2. BASE DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia compreendem:

- As informações contábeis intermediárias individuais elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Individual - BR GAAP”.
- As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Consolidado - IFRS e BR GAAP”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais e ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamentos não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas nº 2 e 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013”), publicadas no dia 19 de março de 2014 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Diário de Notícias e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br) e [www.ecorodovias.com/ri](http://www.ecorodovias.com/ri).

### 3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Para os Pronunciamentos e Interpretações Contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2.15 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. Para os Pronunciamento e Interpretações Contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, conforme divulgado na Nota Explicativa 2.15 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, não há impactos relevantes para a Companhia e subsidiárias.

## Notas Explicativas

### 4. INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS

As informações trimestrais consolidadas incluem a Companhia e suas controladas majoritariamente detidas e as participações em entidades nas quais a Companhia é detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detenha a maioria das ações com direito a voto).

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100%	100%
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100%	100%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100%	100%
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	100%	100%
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	90%	90%

As atividades das controladas são como segue:

#### a) Controladas diretas

- A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias dos Imigrantes”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.
- A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto.
- A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Ecovia Caminho do Mar” ou “Ecovia”) foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
- A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (“Ecocataratas”), constituída em 3 de novembro de 1997, e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 003 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
- A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (“Ecosul”) foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. Tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.

Os principais saldos das controladas incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas são conforme segue:

**Notas Explicativas****31/03/2014**

	Companhia	Ecopistas	Ecocataratas	Ecovias	Ecosul	Ecovia	Subtotal	Eliminações	Consolidado
<b>Ativo</b>									
Circulante	467.761	95.318	38.041	441.320	22.307	29.526	1.094.273	(48.886)	1.045.385
Não circulante	1.327.916	1.003.875	455.515	1.285.305	167.527	165.293	4.405.431	(1.214.664)	3.190.769
<b>Total</b>	<b>1.795.677</b>	<b>1.099.193</b>	<b>493.556</b>	<b>1.726.625</b>	<b>189.834</b>	<b>194.819</b>	<b>5.499.704</b>	<b>(1.263.550)</b>	<b>4.236.154</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>									
Circulante	40.418	95.224	52.297	257.556	128.446	140.286	714.227	(48.885)	665.342
Não circulante	840.059	713.396	101.727	1.057.991	19.173	8.355	2.740.701	(89.311)	2.651.390
Participações minoritários	-	-	-	-	-	-	-	4.221	4.221
Patrimônio líquido	915.200	290.573	339.532	411.078	42.215	46.178	2.044.776	(1.129.575)	915.201
<b>Total</b>	<b>1.795.677</b>	<b>1.099.193</b>	<b>493.556</b>	<b>1.726.625</b>	<b>189.834</b>	<b>194.819</b>	<b>5.499.704</b>	<b>(1.263.550)</b>	<b>4.236.154</b>
<b>Demonstração do resultado</b>									
Receita líquida	37.811	79.976	64.593	262.290	47.679	63.948	556.297	(37.648)	518.649
Lucro bruto	15.248	29.991	32.353	150.981	28.141	39.049	295.763	(14.108)	281.655
Lucro operacional	113.462	1.727	22.126	101.555	21.370	31.589	291.829	(117.852)	173.977
Lucro do período	111.451	1.075	10.654	64.047	14.085	20.660	221.972	(110.521)	111.451

**31/12/2013**

	Controladora	Ecopistas	Ecocataratas	Ecovias	Ecosul	Ecovia	Subtotal	Eliminações	Consolidado
<b>Ativo</b>									
Circulante	364.882	106.533	28.287	420.872	12.664	15.871	949.109	(27.309)	921.800
Não circulante	1.294.687	989.684	465.999	1.236.438	161.521	161.883	4.310.212	(1.182.182)	3.128.030
<b>Total</b>	<b>1.659.569</b>	<b>1.096.217</b>	<b>494.286</b>	<b>1.657.310</b>	<b>174.185</b>	<b>177.754</b>	<b>5.259.321</b>	<b>(1.209.491)</b>	<b>4.049.830</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>									
Circulante	30.678	99.994	58.107	222.092	123.688	137.063	671.622	(27.308)	644.314
Não circulante	825.411	706.728	94.859	1.033.224	17.391	8.495	2.686.108	(87.383)	2.598.725
Participação minoritários	-	-	-	-	-	-	-	3.311	3.311
Patrimônio líquido	803.480	289.495	341.320	401.994	33.106	32.196	1.901.591	(1.098.111)	803.480
<b>Total</b>	<b>1.659.569</b>	<b>1.096.217</b>	<b>494.286</b>	<b>1.657.310</b>	<b>174.185</b>	<b>177.754</b>	<b>5.259.321</b>	<b>(1.209.491)</b>	<b>4.049.830</b>

**31/03/2013**

<b>Demonstração do resultado</b>									
Receita líquida	27.974	75.140	63.911	213.714	40.850	50.317	471.906	(30.877)	441.029
Lucro bruto	10.619	32.337	29.168	135.147	27.294	30.587	265.152	(11.698)	253.454
Lucro operacional	114.065	8.330	21.162	114.244	21.655	24.129	303.585	(127.500)	176.085
Lucro do período	114.034	6.239	15.432	76.971	14.280	16.007	242.963	(128.929)	114.034

## Notas Explicativas

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	41	29	15.643	18.551
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	397.484	319.228	767.235	657.729
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	205	1.264	29.670	32.616
	<b>397.730</b>	<b>320.520</b>	<b>812.548</b>	<b>708.896</b>

- (a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria “renda-fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de março de 2014, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 69,04% em Certificado de Depósito Bancário - CDB, 22,98% em Operações Compromissadas, 4,69% em Letra Financeira - LF e 3,30% em títulos públicos federais.

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 101,1% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados à taxa de 90,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses e possuem liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco S.A., na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 31 de março de 2014, o valor aplicado nessa modalidade é de R\$18.547 (R\$4.338 em 31 de dezembro de 2013).

## Notas Explicativas

### 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS - CONSOLIDADO

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Fundo de Investimento (a)	<b>53.745</b>	52.491
CDBs (a)	<b>46.103</b>	18.249
Poupança (b)	<b>10.159</b>	10.193
	<b>110.007</b>	80.933
Circulante	<b>99.848</b>	70.740
Não circulante	<b>10.159</b>	10.193

- a) Os Fundos de Investimentos e CDBs são remunerados a taxa média ponderada de 96,50% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 18).
- b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada direta Ecopistas celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental - CCA; os valores serão corrigidos pelo índice da poupança. Há um saldo de valor correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação.

### 7. CLIENTES - CONSOLIDADO

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Pedágio eletrônico	<b>83.542</b>	95.737
Cupons de pedágio	<b>4.749</b>	4.843
Locações/arrendamento de área	<b>2.075</b>	1.855
Cargas especiais	<b>343</b>	193
Arrendamento fibra óptica/faixa de domínio	<b>1.618</b>	1.567
Painéis publicitários	<b>63</b>	91
Outras contas a receber	<b>1.755</b>	1.997
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD (a)	<b>(1.680)</b>	(1.431)
	<b>92.465</b>	104.852

- (a) A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, estabelece que a constituição do PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos a mais de 90 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
A vencer	<b>92.174</b>	104.615
Vencidos:		
Até 30 dias	<b>99</b>	100
De 31 a 60 dias	<b>103</b>	7
De 61 a 90 dias	<b>89</b>	130
Acima de 90 dias	<b>1.680</b>	1.431
	<b>94.145</b>	106.283

## Notas Explicativas

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<b>31/03/2014</b>	<b>31/03/2013</b>
Saldo inicial	<b>1.431</b>	2.239
Constituição de PCLD no período	<b>249</b>	584
Valores recuperados no período	-	(654)
	<b>1.680</b>	2.169

### 8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	<b>15.008</b>	13.209	<b>18.032</b>	14.465
Lei Rouanet - nº 8.313/91	-	-	<b>328</b>	42
Outros	<b>598</b>	1.314	<b>836</b>	1.325
	<b>15.606</b>	14.523	<b>19.196</b>	15.832

### 9. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER - CONTROLADORA

Em 31 de março de 2014, a Companhia possui R\$13.243 (R\$16.303 em 31 de dezembro de 2013) referentes a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber.

	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - dividendos e juros sobre o capital próprio	<b>2.494</b>	2.579
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. - juros sobre o capital próprio	<b>129</b>	133
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas - dividendos e juros sobre capital próprio	<b>2.352</b>	5.323
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas - dividendos e juros sobre o capital próprio	<b>8.268</b>	8.268
	<b>13.243</b>	16.303



## Notas Explicativas

A movimentação dos dividendos e juros sobre o capital próprio a receber no trimestre findo em 31 de março de 2014 está apresentada a seguir:

	31/12/2013	Propostos	Recebidos	31/03/2014
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A	2.579	59.476	(59.561)	<b>2.494</b>
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A	133	6.931	(6.935)	<b>129</b>
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul	-	4.500	(4.500)	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	5.323	16.054	(19.475)	<b>2.352</b>
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	8.268	-	-	<b>8.268</b>
	<b>16.303</b>	<b>87.411</b>	<b>(90.471)</b>	<b>13.243</b>

### 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	31/03/2014	31/03/2013
Saldos iniciais	<b>15.075</b>	13.283
Adições	<b>480</b>	471
Baixas	<b>(202)</b>	(1.264)
Atualização monetária	<b>359</b>	214
Saldos finais	<b>15.712</b>	12.704

### 11. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

	Valores das investidas		Percentual de participação		Investimento		Equivalência	
	31/03/2014	31/03/2013	direta - %		31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/03/2013
	Patrimônio líquido	Resultado do período	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/03/2013
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	<b>411.078</b>	<b>68.524</b>	<b>100%</b>	100%	<b>411.078</b>	401.994	<b>68.524</b>	76.971
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	<b>46.178</b>	<b>20.891</b>	<b>100%</b>	100%	<b>46.178</b>	32.196	<b>20.891</b>	16.007
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas	<b>290.574</b>	<b>1.075</b>	<b>100%</b>	100%	<b>290.574</b>	289.495	<b>1.075</b>	6.239
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	<b>339.532</b>	<b>14.689</b>	<b>100%</b>	100%	<b>339.532</b>	341.320	<b>14.689</b>	15.432
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul	<b>42.215</b>	<b>14.085</b>	<b>90%</b>	90%	<b>37.992</b>	29.795	<b>12.676</b>	12.852
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	-	-	-	-	<b>65.731</b>	67.022	-	-
					<b>1.191.085</b>	1.161.822	<b>117.855</b>	127.501

## Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos no período findo em 31 de março de 2013 está apresentada a seguir:

	31/12/2012	Dividendos e JSCP propostos	Amortização de ágio (a)	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/03/2013
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	569.470	(5.975)	-	14	76.971	640.480
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	26.263	(16.787)	-	11	16.007	25.493
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A - Ecopistas	235.133	(2.399)	-	16	6.239	238.989
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	28.849	(7.200)	-	8	12.852	34.509
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	326.860	(6.793)	-	32	15.432	335.532
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	71.794	-	(1.193)	-	-	70.601
	<b>1.258.369</b>	<b>(39.154)</b>	<b>(1.193)</b>	<b>81</b>	<b>127.501</b>	<b>1.345.604</b>

A movimentação dos investimentos no período findo em 31 de março de 2014 está apresentada a seguir:

	31/12/2013	Dividendos e JSCP propostos	Aporte de capital	Amortização de ágio	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/03/2014
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	<b>401.994</b>	(59.476)	-	-	36	68.524	<b>411.078</b>
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	<b>32.196</b>	(6.931)	-	-	22	20.891	<b>46.178</b>
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A - Ecopistas	<b>289.495</b>	-	-	-	4	1.075	<b>290.574</b>
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	<b>29.795</b>	(4.500)	-	-	21	12.676	<b>37.992</b>
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	<b>341.320</b>	(16.504)	-	-	27	14.689	<b>339.532</b>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	<b>67.022</b>	-	-	(1.291)	-	-	<b>65.731</b>
	<b>1.161.822</b>	<b>(87.411)</b>	-	<b>(1.291)</b>	<b>110</b>	<b>117.855</b>	<b>1.191.085</b>

Os principais saldos das controladas (totais de ativos, passivos, receitas e lucro do período) estão apresentados na nota explicativa nº 4.

## Notas Explicativas

12. IMOBILIZADO  
a) Controladora

	Taxas médias de depreciação - %	Saldo em 31/12/2012		Custo Adições	Saldo em 31/03/2013	Saldo em 31/12/2012	Depreciação		Saldo em 31/03/2013	Residual 31/12/2012
		Adições	Adições				Adições	Adições		
Hardware e equipamentos de pedágio	18,0	8.337	4	8.341	8.341	(2.597)	(375)	(2.972)	5.369	5.740
Máquinas e equipamentos	12,9	676	12	688	688	(191)	(22)	(213)	475	485
Móveis e utensílios	9,9	805	1	806	806	(356)	(20)	(376)	430	449
Terrenos	-	1.894	9	1.903	1.903	-	-	-	1.903	1.894
Edificações	4,1	8.459	-	8.459	8.459	(495)	(86)	(581)	7.878	7.964
Instalações	-	1.398	41	1.439	1.439	(125)	(37)	(162)	1.277	1.273
Outros	10,0	2	129	131	131	-	-	-	131	2
		21.571	196	21.767	21.767	(3.764)	(540)	(4.304)	17.463	17.807

	Taxas médias de depreciação - %	Saldo em 31/12/2013		Custo Adições	Saldo em 31/03/2014	Saldo em 31/12/2013	Depreciação		Saldo em 31/03/2014	Residual 31/12/2013
		Adições	Baixas				Adições	Adições		
Hardware e equipamentos de pedágio	18,4	11.724	1.154	12.878	12.878	(4.124)	(565)	(4.689)	8.189	7.600
Máquinas e equipamentos	12,2	916	-	916	916	(282)	(28)	(310)	606	634
Móveis e utensílios	10,1	867	95	962	962	(438)	(23)	(461)	501	429
Terrenos	-	2.074	-	2.074	2.074	-	-	-	2.074	2.074
Edificações	4,1	8.459	-	8.459	8.459	(838)	(86)	(924)	7.535	7.621
Veículos	-	103	-	103	103	(5)	(5)	(10)	93	98
Instalações	-	1.658	57	1.715	1.715	(277)	(42)	(319)	1.396	1.381
Outros	7,4	5.911	1.785	7.538	7.538	(165)	(109)	(274)	7.264	5.746
		31.712	3.091	34.645	34.645	(6.129)	(858)	(6.987)	27.658	25.583

## b) Consolidado

	Taxas médias de depreciação - %	Saldo em 31/12/2012		Custo Adições	Saldo em 31/03/2013	Saldo em 31/12/2012	Depreciação		Saldo em 31/03/2013	Residual 31/12/2012
		Adições	Baixas				Adições	Adições		
Hardware e equipamentos de pedágio	10,8	160.706	1.604	162.357	(110.869)	(4.348)	(115.217)	47.140	49.837	
Máquinas e equipamentos	9,1	21.875	565	22.487	(12.213)	(507)	(12.720)	9.767	9.662	
Móveis e utensílios	7,8	10.135	119	10.207	(4.724)	(199)	(4.923)	5.284	5.411	
Terrenos	-	5.255	9	5.264	-	-	-	5.264	5.255	
Edificações	4,7	33.030	75	33.105	(14.424)	(389)	(14.813)	18.292	18.606	
Veículos	-	9.461	133	9.594	(4.549)	(445)	(4.994)	4.600	4.912	
Instalações	-	8.963	505	9.468	(1.614)	(220)	(1.834)	7.634	7.349	
Outros	10,2	26.258	273	(10.518)	(4.610)	(219)	(4.829)	11.184	21.648	
		275.683	3.283	(10.518)	(153.003)	(6.327)	(159.330)	109.165	122.680	

## Notas Explicativas

	Taxas médias de depreciação - %		Custo			Depreciação			Residual		
	31/12/2013	31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/03/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldos em 31/03/2014	31/12/2013
Hardware e equipamentos de pedágio	10,7	183.748	2.945	(64)	-	186.629	(128.697)	(4.964)	59	(133.602)	53.027
Máquinas e equipamentos	9,3	24.070	647	(2)	-	24.715	(14.371)	(570)	-	(14.941)	9.774
Móveis e utensílios	8,2	11.256	657	(27)	-	11.886	(5.560)	(236)	21	(5.775)	6.111
Terrenos	-	5.433	-	-	-	5.433	-	-	-	-	5.433
Edificações	4,7	33.518	-	-	-	33.518	(15.981)	(396)	-	(16.377)	17.141
Veículos	-	10.388	640	(39)	-	10.989	(5.953)	(464)	27	(6.390)	4.599
Instalações	-	16.254	491	-	-	16.745	(2.804)	(430)	-	(3.234)	13.511
Outros	10,0	31.682	1.988	(165)	(5.576)	27.929	(5.912)	(459)	-	(6.371)	21.558
		316.349	7.368	(297)	(5.576)	317.844	(179.278)	(7.519)	107	(186.690)	131.154

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Outros" (caminhões e reboque), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide nota explicativa nº 16). Para as debêntures (vide nota explicativa nº 18) não existem garantias dessa natureza.

No trimestre findo em 31 de março de 2014, foram capitalizados encargos financeiros no montante de R\$47 (R\$513 em 31 de dezembro de 2013).

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

## 13. INTANGÍVEL

## a) Controladora

	Taxas médias de amortização - %		Custo			Amortização			Residual		
	31/12/2012	31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/03/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldos em 31/03/2013	31/12/2012
Intangível em andamento	-	769	11	-	-	780	-	-	780	-	769
Softwares de terceiros	16,1	33.160	1.601	34.761	(18.799)	(18.799)	(1.371)	(20.170)	14.591	(14.591)	14.361
		33.929	1.612	35.541	(18.799)	(18.799)	(1.371)	(20.170)	15.371	(15.371)	15.130

  

	Taxas médias de amortização - %		Custo			Amortização			Residual		
	31/03/2014	31/03/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/03/2014	Saldos em 31/03/2013	Adições	Baixas	Saldos em 31/03/2014	31/12/2013
Intangível em andamento	-	1.157	-	-	-	1.157	-	-	1.157	-	1.157
Softwares de terceiros	14,4	40.180	2.060	42.240	(24.604)	(24.604)	(1.480)	(26.084)	16.156	(16.156)	15.576
		41.337	2.060	43.397	(24.604)	(24.604)	(1.480)	(26.084)	17.313	(17.313)	16.733

## Notas Explicativas

## b) Consolidado

Taxas médias de amortização - %	Custo				Amortização				Residual	
	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2012	Adições	Saldo em 31/03/2013	Saldo em 31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
(a)	3.551.537	96.157	(175)	(47)	3.647.472	(1.122.848)	(33.223)	(1.156.071)	2.491.401	2.428.689
14,8	42.676	1.754	-	-	44.430	(25.430)	(1.608)	(27.038)	17.392	17.246
-	14	-	-	14	(5)	(5)	-	(5)	9	9
	3.594.227	97.911	(175)	(47)	3.691.916	(1.148.283)	(34.831)	(1.183.114)	2.508.802	2.445.944
Taxas médias de amortização - %	Custo				Amortização				Residual	
Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/03/2014	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldo em 31/03/2014	Saldo em 31/12/2013	31/12/2013
(a)	4.098.984	109.630	(39)	5.576	4.214.151	(1.282.500)	(47.090)	-	(1.329.590)	2.884.561
13,4	51.261	2.587	-	-	53.848	(32.258)	(1.767)	-	(34.025)	19.003
-	14	445	-	-	459	(5)	-	-	(5)	9
	4.150.259	112.662	(39)	5.576	4.268.458	(1.314.763)	(48.857)	-	(1.363.620)	2.904.838

Contratos de concessão  
Softwares de terceiros  
Outros

Contratos de concessão  
Softwares de terceiros  
Outros

(a) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas média de amortização em 31 de março de 2014, foram de 4,53% (3,69% em 31 de março de 2013).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

**Notas Explicativas****14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO - CONSOLIDADO**

## a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<b>Balanco patrimonial</b>		<b>Resultado</b>
	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/03/2014</b>
Realização do ágio na incorporação	<b>75.020</b>	77.416	<b>(2.396)</b>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	<b>10.145</b>	9.960	<b>185</b>
Regime Tributário de Transição - RTT (*)	-	1.935	<b>(1.935)</b>
Provisão para devedores duvidosos	<b>534</b>	456	<b>78</b>
Provisão FAP	<b>248</b>	206	<b>41</b>
Prejuízo base fiscal	<b>2.954</b>	3.164	<b>(208)</b>
Provisão para férias e encargos diretores	<b>113</b>	85	<b>27</b>
Imposto de renda e contribuição social diferido - Ativo/(Passivo)	<b>89.014</b>	93.222	
Receita (Despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido			<b>(4.208)</b>
Ativo fiscal diferido	<b>128.627</b>	129.905	
Passivo fiscal diferido	<b>(39.613)</b>	(36.683)	
Imposto de renda e contribuição social diferido - Ativo/(Passivo)	<b>89.014</b>	93.222	

(\*) O RTT contempla ICPC-01, juros capitalizados, AVP Ônus da concessão e depreciação societária.

Reconciliação Ativo (Passivo) Diferido	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	93.222
Receita/(Despesa) de imposto reconhecido no resultado	89.014
Saldo em 31 de março de 2014	<b>(4.208)</b>

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
2014	<b>11.690</b>	15.288
2015	<b>15.527</b>	15.288
2016	<b>15.527</b>	15.288
2017	<b>15.527</b>	15.288
2018	<b>15.527</b>	15.288
2019 a 2023	<b>32.676</b>	32.848
Após 2024	<b>(17.460)</b>	(16.066)
	<b>89.014</b>	93.222

## Notas Explicativas

### b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos trimestres os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	113.462	114.065	173.977	176.085
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(38.577)	(38.782)	(59.152)	(59.869)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Juros sobre capital próprio	-	3.158	-	3.158
Equivalência patrimonial	37.098	39.682	-	-
Créditos tributários não constituídos	-	(3.646)	-	(3.646)
Despesas indedutíveis	(23)	(7)	(73)	(54)
Amortização de ágio	(637)	(40)	(1.881)	264
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	246	117
Outros	128	(396)	(257)	(593)
Despesa de Imposto de renda e contribuição social	(2.011)	(31)	(61.117)	(60.623)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.396)	18	(56.909)	(54.726)
Impostos diferidos	(615)	(49)	(4.208)	(5.897)

### c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	Controladora		Consolidado	
	1º Tri 2014	1º Tri 2013	1º Tri 2014	1º Tri 2013
Saldo inicial provisão IR/CS – 31/12	-	-	12.804	18.747
Despesa IR/CS DRE	1.396	(18)	56.909	54.726
Total de IR/CS pagos no trimestre	(55)	18	(47.724)	(51.110)
Saldo final provisão IR/CS – 31/03	1.341	-	21.989	22.363

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2014, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

**Notas Explicativas****15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Impostos sobre faturamento:				
ISS	<b>137</b>	116	<b>7.882</b>	7.901
COFINS	<b>1.143</b>	499	<b>5.832</b>	5.224
PIS	<b>248</b>	108	<b>1.264</b>	1.132
ISS na fonte	<b>42</b>	25	<b>2.052</b>	2.506
INSS na fonte	<b>66</b>	54	<b>780</b>	1.916
IRRF	<b>22</b>	54	<b>416</b>	434
Outros impostos	<b>44</b>	144	<b>1.813</b>	1.502
	<b>1.702</b>	1.000	<b>20.039</b>	20.615

**16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO**

<b>Finalidade</b>	<b>Vencimento final</b>	<b>Taxa média de juros</b>	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Em moeda nacional:				
Capital de giro (c)	Outubro de 2014	108,4% do CDI	<b>45.948</b>	44.782
Capital de giro (d)	Dezembro de 2014	108,4% do CDI	<b>26.859</b>	26.167
Capital de giro (b)	Novembro de 2014	108,0% do CDI	<b>36.321</b>	35.403
Capital de giro (f)	Outubro de 2014	CDI + 2,032% a.a.	<b>13.862</b>	13.469
Capital de giro (e)	Novembro de 2014	108,0% do CDI	<b>36.460</b>	36.640
Capital de giro (g)	Dezembro de 2014	108,4% do CDI	<b>22.718</b>	22.142
Capital de giro (h)	Outubro de 2014	108,4% do CDI	<b>37.593</b>	35.538
Finame (i)	Mai de 2017	TJLP + 5%	<b>519</b>	500
Finame (i)	Abril de 2017	TJLP + 3,4%	<b>563</b>	563
Finame (j)	Outubro de 2022	2,5% a.a.	<b>376</b>	387
Finame (k)	Julho de 2018	3% a.a.	<b>234</b>	-
Finem (l)	Julho de 2018	TJLP + 2,30% a.a.	<b>28.090</b>	29.720
Finem (a)	Julho de 2025	TJLP + 2,45% a.a.	<b>193.523</b>	197.898
			<b>443.066</b>	443.209
Circulante			<b>248.312</b>	242.144
Não circulante			<b>194.754</b>	201.065

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
2015	<b>19.944</b>	26.395
2016	<b>31.037</b>	30.983
2017	<b>30.778</b>	30.724
2018	<b>27.967</b>	27.936
2019	<b>24.397</b>	24.397
Posteriores a 2019	<b>60.631</b>	60.630
	<b>194.754</b>	201.065



## Notas Explicativas

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos é conforme segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2014</b>	<b>31/03/2013</b>
Saldo inicial	<b>443.209</b>	306.226
Adições	<b>233</b>	53.458
Encargo financeiro	<b>10.153</b>	6.289
Pagamento de juros	<b>(3.916)</b>	(2.553)
Pagamento do principal	<b>(6.613)</b>	(3.187)
Saldo final	<b>443.066</b>	360.233

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Referência	Controlada	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantia
(a)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 os índices foram atendidos, conforme demonstrado abaixo.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(b)	Ecovia	HSBC	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia
(c)	Ecovia	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia
(d)	Ecovia	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia
(e)	Ecosul	HSBC	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia
(f)	Ecosul	Santander	A razão entre seu endividamento líquido e seu "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" deverá ser menor ou igual a 1,5, e a razão entre o EBITDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 os índices foram atendidos, conforme demonstrado abaixo.	Aval da EcoRodovias Infra e Cessão Fiduciária dos direitos creditórios do pedágio.
(g)	Ecosul	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia
(h)	Ecosul	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios de todas as suas praças
(i)	Ecocataratas	Banco do Brasil	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem
(j)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem
(k)	Ecocataratas	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem
(l)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta fiança

A Companhia apresenta a seguir o demonstrativo dos cálculos dos índices financeiros:

(b) Índices financeiros Ecopistas BNDES		<b>Exigido</b>	<b>Medido (*)</b>
(i)	PL / Passivo total	<b>&gt; 20%</b>	<b>26,4%</b>
(ii)	Cobertura da dívida	<b>&gt; 1,20</b>	<b>2,43</b>
(iii)	Dívida líquida / EBTIDA ajustado	<b>&lt; 4,00</b>	<b>3,57</b>
(g) Índices financeiros Ecosul Santander		<b>Exigido</b>	<b>Medido (*)</b>
(i)	Dívida líquida/EBTIDA	<b>&lt; 1,5</b>	<b>0,94</b>
(ii)	EBTIDA/Serviço da dívida	<b>&gt; 1,5</b>	<b>5,31</b>
(f) Índices financeiras Ecoporto Santos		<b>Exigido</b>	<b>Medido (*)</b>
(i)	Dívida líquida/EBITDA	<b>&lt; 4,5</b>	<b>3,05</b>
(ii)	EBITDA/Despesa financeira líquida	<b>&gt; 2,0</b>	<b>2,26</b>

(\*) Índice não revisado pelos auditores independentes.

## Notas Explicativas

### 17. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - CONSOLIDADO

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não existiam saldos a pagar na modalidade de arrendamento mercantil financeiro.

A movimentação do arrendamento mercantil financeiro para 31 de março de 2013 é conforme segue:

	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	248
Encargos financeiros	1
Pagamento de juros	(7)
Pagamento do principal	(179)
Saldo final	<u>63</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica "Imobilizado", refere-se a caminhões e apresenta valor residual de R\$515 em 31 de março de 2014 (R\$667 em 31 de dezembro de 2013).

Determinados equipamentos foram arrendados por meio de contratos irrevogáveis sujeitos a encargos de 16,71% ao ano e variação de encargos de 15,25% a 17,32%, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração dos contratos é de 36 meses. A data da última parcela do empréstimo ocorreu em junho de 2013. Os contratos não requerem a manutenção de índices financeiros ("covenants").

### 18. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Principal corrigido	854.452	841.023	2.324.096	2.271.137
Remuneração (juros)	25.774	11.533	78.728	63.115
Custos com emissão de debêntures (*)	(17.028)	(17.992)	(52.257)	(54.789)
	<u>863.198</u>	<u>834.564</u>	<u>2.350.567</u>	<u>2.279.463</u>
Circulante	23.237	9.248	198.972	169.903
Não circulante	<u>839.961</u>	<u>825.316</u>	<u>2.151.595</u>	<u>2.109.560</u>

A movimentação do saldo de debêntures é conforme segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	834.564	797.535	2.279.463	1.443.589
Adições	-	-	-	-
Encargos financeiros	28.634	23.679	83.809	47.728
Pagamento juros	-	-	(9.670)	(1.228)
Pagamento de principal	-	-	(3.035)	(8.687)
Saldo final	<u>863.198</u>	<u>821.214</u>	<u>2.350.567</u>	<u>1.481.402</u>

(\*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

## Notas Explicativas

- a) A Companhia concluiu, em 23 de dezembro de 2009, a emissão de R\$600.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$460.750, com prazo de vencimento de 42 meses e vencimento final em 15 de maio de 2013, e a segunda e terceira séries no montante de R\$69.625 cada uma, com prazo de vencimento de 66 e 72 meses e vencimentos finais em 15 de maio e 15 de novembro de 2015, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,5% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IPCA e remuneração correspondente a 8,75% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre elas.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

A 1ª Emissão de debêntures da Companhia foi integralmente paga no exercício de 2012.

A Companhia concluiu, em 23 de outubro de 2012, a segunda emissão de R\$800.000 em debêntures, sendo R\$240.000 referentes à primeira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2016 e vencimento final em 15 de outubro de 2018, R\$160.000 referentes à segunda série em duas parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2018 e vencimento final em 15 de outubro de 2019, e R\$400.000 referentes à terceira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2020 e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 0,79% ao ano, a segunda série tem remuneração vinculada ao IPCA, acrescido de 5% ao ano, e a terceira série tem remuneração vinculada ao IPCA, acrescido de 5,35% ao ano, as quais foram precificadas utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

O contrato referente à segunda emissão requer a manutenção de índices financeiros menores ou igual a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos correspondentes ao EBITDA pela despesa financeira líquida. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente, considerando os últimos 12 meses. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 conforme demonstrado abaixo.

	<u>Exigido</u>	<u>Medido (*)</u>
(i) Dívida líquida/EBTIDA	< 3,5	1,72
(ii) EBTIDA/Despesa financeira líquida	>2,0	5,33

- b) A controlada direta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses com vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

## Notas Explicativas

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

O contrato requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os índices financeiros exigidos foram atendidos, conforme demonstrado abaixo.

A controlada direta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 07 de maio de 2013, a emissão de R\$881.000 em debêntures em duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$200.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 15 de abril de 2020 e a segunda série de R\$681.000, com prazo de vencimento de 132 meses e vencimento final em 15 de abril de 2024, respectivamente. Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 3,80% a.a. + IPCA, pago anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2019, foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04. A segunda série têm remuneração de 4,28% a.a. + IPCA, paga anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2024, também precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

O contrato da 2ª emissão requer a manutenção dos índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, todos os índices financeiros exigidos foram atendidos conforme demonstrado abaixo:

1ª Emissão	<b>Exigido</b>	<b>Medido (*)</b>
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 2,2	1,12
(ii) Serviço da dívida/EBITDA	> 1,3	4,50
2ª Emissão	<b>Exigido</b>	<b>Medido (*)</b>
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 3,5	1,15
(ii) Despesa financeira/EBITDA	>2,0	6,76

- c) A controlada Ecopistas concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022, e a quarta no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

As quatro séries, ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada ao IPCA + 8,25%, paga semestralmente, e foram precificadas utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04. Essa operação tem classificação de risco brAA+ da Standard & Poors.

Os índices financeiros exigidos são: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior à 4,00. Os índices financeiros

## Notas Explicativas

exigidos foram atendidos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, conforme demonstrado abaixo:

	Exigido	Medido (*)
(i) PL / Passivo total	> 20%	26,4%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	2,43
(iii) Dívida Líquida / EBTIDA ajustado	< 4,00	3,57

(\*) Índices não revisado pelos auditores independentes.

As principais características das debêntures emitidas são:

Descrição	Companhia	Ecovias dos Imigrantes		Ecopistas
		1ª Emissão	2ª Emissão	
Forma e conversibilidade	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
Quantidade emitida	800.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)	881 (em duas séries)	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$10	R\$10,00	R\$ 1.000,00	R\$1.000
Valor nominal unitário atualizado em 31 de março de 2014	1ª série - R\$10,21 2ª série - R\$10,84 3ª série - R\$10,85	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$3,48 3ª série - R\$3,32	1ª série - R\$1.094 2ª série - R\$1.099	1ª série - R\$1.175 2ª série - R\$1.248 3ª série - R\$1.224 4ª série - R\$1.199
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	1ª e 2ª série - IPCA	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 0,79% a.a. 2ª série - IPCA + 5,00% a.a. 3ª série - IPCA + 5,35% a.a.	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/04/13 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/22)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas anuais (15/10/16 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/18 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/20 a 15/10/22)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta-corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor.		Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vencida da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida).  Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses antes do vencimento de cada prestação).
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP	CETIP e CBLC	CETIP e BMF&BOVESPA	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	n/a	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Planner Trustee DTVM Ltda.
Garantias	Não aplicável	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio	n/a	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio

## Notas Explicativas

Descrição	Companhia	Ecovias dos Imigrantes		Ecopistas
		1ª Emissão	2ª Emissão	
Cláusulas de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	Controladora					
	31/03/2014			31/12/2013		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2015	-	(1.889)	(1.889)	-	(3.105)	(3.105)
2016	79.992	(2.990)	77.002	79.992	(2.990)	77.002
2017	79.992	(2.888)	77.104	79.992	(2.888)	77.104
2018	167.795	(2.516)	165.279	167.795	(2.516)	165.279
2019	87.779	(1.549)	86.230	87.779	(1.549)	86.230
2020 a 2022	438.894	(2.659)	436.235	425.465	(2.659)	422.806
	<b>854.452</b>	<b>(14.491)</b>	<b>839.961</b>	<b>841.023</b>	<b>(15.707)</b>	<b>825.316</b>

  

	Consolidado					
	31/03/2014			31/12/2013		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2015	15.675	(4.584)	11.090	18.953	(7.466)	11.487
2016	103.229	(7.231)	95.998	102.721	(7.231)	95.490
2017	112.164	(7.522)	104.642	111.461	(7.523)	103.938
2018	211.053	(7.293)	203.760	211.053	(7.293)	203.760
2019	244.643	(5.570)	239.073	244.643	(5.570)	239.073
2020 a 2022	1.510.521	(13.489)	1.497.032	1.469.301	(13.489)	1.455.812
	<b>2.197.285</b>	<b>(45.689)</b>	<b>2.151.595</b>	<b>2.158.132</b>	<b>(48.572)</b>	<b>2.109.560</b>

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Companhia	Debêntures - 1ª série	23/10/12	240.000	(6.196)	233.804	CDI + 0,79%	CDI + 1,09%
	Debêntures - 2ª série	23/10/12	160.000	(4.156)	155.844	5,00%+ IPCA	5,20% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	23/10/12	400.000	(10.502)	389.498	5,35%+ IPCA	5,63% + IPCA
Ecovias dos Imigrantes	1ª Emissão						
	Debêntures - 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32%+ IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35%+ IGP-M
	2ª Emissão						
	Debêntures - 1ª série	15/04/13	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25% a.a.
	Debêntures - 2ª série	15/04/13	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54% a.a.
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%
	Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
	Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
	Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
			<b>2.501.000</b>	<b>(72.808)</b>	<b>2.428.192</b>		

## 19. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

**Notas Explicativas**

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Natureza	Controladora	
		31/03/2014	31/12/2013
Ativo:			
Circulante:			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (c)	Controlada	4.895	3.078
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (c)	Controlada	1.612	391
Ecopátio Cubatão Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	132	-
Elog Logística Sul Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	151	-
Anish Empreendimentos Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	66	-
Termares Terminais Marítimos Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	469	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	18.036	4.717
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (c)	Controlada	5.862	1.842
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (c)	Controlada	4.124	665
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (k)	Controlada	147	15
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (k)	Controlada	121	42
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	Outras partes relacionadas	2.301	767
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (h)	Outras partes relacionadas	7	-
Ecoporto Santos S.A. (c)	Controlada	469	591
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (h)	Controlada	-	12
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (h)	Controladora	-	1
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (k)	Controlada	173	17
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (i)	Controlada	37	88
Elog S.A. (c)	Outras partes relacionadas	1.462	469
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (a)	Outras partes relacionadas	420	-
Ecoporto Santos S.A. (h)	Outras partes relacionadas	20	46
		<b>40.504</b>	<b>12.741</b>
Não circulante:			
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada	-	71
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	89.310	87.313
		<b>89.310</b>	<b>87.384</b>
Total do ativo		<b>129.814</b>	<b>100.125</b>
Passivo:			
Circulante-			
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (i)	Controlada	56	88
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (l)	Controlada	40	38
		<b>96</b>	<b>126</b>
Total do passivo		<b>96</b>	<b>126</b>





**Notas Explicativas**

	Natureza	Consolidado	
		31/03/2014	31/12/2013
<b>Passivo:</b>			
Circulante - contas a pagar:			
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (R)	Controlada	108	-
Elog S.A. (h)	Controlada	9	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (j)	Controladora	39	39
TB Transportadora Betumes Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	98	309
SBS Engenharia e Construções S.A. (e)	Outras partes relacionadas	1.232	1.194
Consórcio Serra do Mar (d)	Outras partes relacionadas	20.837	262
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	1.459	1.512
		<b>23.782</b>	<b>3.316</b>
Total do passivo		<b>23.782</b>	<b>3.316</b>
<b>Resultado-</b>			
Receita:			
Ecopátio Cubatão Logística Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	149	-
Termares Terminais Marítimo Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	500	-
Elog Logística Sul Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	166	-
Elog S.A. (c)	Outras partes relacionadas	1.064	750
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	Outras partes relacionadas	2.451	-
Ecoporto Santos S.A. (c)	Outras partes relacionadas	500	-
Anish Empreendimentos Imobiliários.(c)	Outras partes relacionadas	70	-
		<b>4.900</b>	<b>750</b>
<b>Despesa:</b>			
STP - Serviços Tecnologia e Pagamentos (g)	Outras partes relacionadas	-	975
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (l)	Controladora	118	111
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	18	12
		<b>136</b>	<b>1.098</b>

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- O valor de R\$89.310 (R\$87.313 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a contrato de mútuo com a Ecopistas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação de 100% do CDI com vencimento até 31 de março de 2015.
- O valor de R\$71 em 31 de dezembro de 2013 referia-se ao contrato de mútuo com a Ecocataratas. O mútuo foi corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento finalizado em 28 de fevereiro de 2014, com base na variação do CDI, acrescido de juros de 1,20% ao ano.
- A Companhia presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$209.337, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto das faturas de serviços em 31 de março de 2014 é de R\$39.579 (R\$12.051 em 31 de dezembro de 2013).
- O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da Companhia EcoRodovias: CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a controlada indireta Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$232.084, incluindo aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é dezembro de 2014 e em 31 de março de 2014 foram incorridos R\$142.467, e há um saldo de serviços a realizar de R\$89.617. Os saldos em aberto a pagar R\$20.837 (sobre os serviços contratados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

## Notas Explicativas

- (e) A SBS Engenharia e Construções S.A., através da Grant Concessões e Participações S.A., que possui 10% da Ecosul. Presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$32.603 e entre a Ecovia e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$26.750, totalizando R\$59.353, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. O prazo para execução destes serviços é março de 2015 e em 31 de março de 2014, há um saldo de serviços a realizar de R\$11.172. Os saldos em aberto a pagar de R\$1.232 (sobre serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros nem não foram concedidas garantias aos credores.
- (f) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e às Concessionárias das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas e Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$210.829, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é de dezembro de 2016 e em 31 de março de 2014, há um saldo de serviços a realizar de R\$182.210. Os saldos em aberto a pagar R\$1.557 (sobre os serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (g) Em 20 de março de 2013, a Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, deixou de ser parte relacionada da Companhia, pela venda de participação que a EcoRodovias Infraestrutura detinha na mesma.
- (h) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre as empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (i) A Companhia celebrou em 27 de julho de 2011 contrato de permissão especial de uso oneroso de faixa de domínio com a controlada Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul e celebrou em 14 de dezembro de 2012 contrato de locação de fibra óptica com permissão de uso de duto com a mesma controlada.
- (j) Refere-se ao aluguel de imóvel, onde está localizada a sede da Ecosul. O saldo a vencer tem vencimento em 30 dias.
- (k) A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de custos e despesas administrativas com suas controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, com o objetivo de ratear os custos e as despesas comuns à Companhia e às suas controladas na realização de atividades administrativas compartilhadas. O prazo do contrato é de 1º de junho de 2012 a 31 de dezembro de 2014.
- (l) A Companhia celebrou contrato de locação de seu prédio administrativo localizado na Rodovia dos Imigrantes km 28,5 com sua controlada direta Ecovias dos Imigrantes. O valor mensal da locação é de R\$ 19.

### Remuneração dos administradores

As políticas de remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, assim como o pagamento, são fixadas e assumidas pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

**Notas Explicativas****20. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Salários e outras obrigações a pagar	2.171	5.525	4.773	12.472
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	870	777	2.162	1.988
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	255	290	537	689
IRRF a recolher	1.440	665	2.392	1.160
Contribuição Sindical a recolher	55	1	135	21
Provisão de férias	3.455	3.251	7.861	7.706
Encargos sobre provisões de férias a recolher - INSS e FGTS	2.183	1.213	4.988	2.860
	<b>10.429</b>	<b>11.722</b>	<b>22.848</b>	<b>26.896</b>

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas "Custos dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas", de acordo com a alocação do empregado.

**21. OBRIGAÇÕES COM O PODER CONCEDENTE – CONSOLIDADO**

	31/03/2014	31/12/2013
Parcelas:		
Fixas - Ecovias (a)	56.583	57.806
Variável - Ecosul (b)	166	137
Variável - Ecovias (b)	1.142	1.206
Variável - Ecopistas (b)	306	324
Outras - Ecovia - Verba de fiscalização (c)	213	213
Outras - Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (d)	946	1.550
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização (e)	249	249
	<b>59.605</b>	<b>61.485</b>
Circulante	18.695	18.888
Não circulante	40.910	42.597

(a) Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 31 de março de 2014, restam 49 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 79,58% do total (78,33% em 31 de dezembro de 2013).

De acordo com o contrato de concessão da controlada Ecopistas, firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo foi subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 31 de dezembro de 2013, todas as parcelas haviam sido quitadas.

(b) Nas controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas a parcela variável foi calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação até 30 de junho de 2013. A partir desta data, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser de 1,5%. Na controlada Ecosul a parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação.

(c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de março de 2014 o valor atualizado mensal é de R\$213 (R\$213 em 31 de dezembro de 2013).

(d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária.

## Notas Explicativas

(e) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de março de 2014, a parcela reajustada é de R\$249 (R\$249 em 31 de dezembro de 2013).

As controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2015	<b>14.555</b>	14.194
2016	<b>13.292</b>	12.962
2017	<b>12.139</b>	11.838
2018	<b>924</b>	3.603
	<b><u>40.910</u></b>	<u>42.597</u>

A movimentação das obrigações com o poder concedente está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Saldo inicial	<b>61.485</b>	69.677
Custo (vide nota explicativa nº 27)	<b>6.068</b>	9.838
Varição monetária sobre obrigações com o poder concedente	<b>2.875</b>	1.862
Pagamento do principal	<b>(10.823)</b>	(13.565)
Saldo final	<b><u>59.605</u></b>	<u>67.812</u>

## 22. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a serem realizadas durante o período das concessões, ajustados a valor presente a taxas de 9,62% ao ano, em média. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/03/2013</u>
Constituição da provisão para manutenção	520.688	20.001	-	-	540.689
Efeito do valor presente sobre a constituição	(113.490)	(3.972)	-	-	(117.462)
Realização da manutenção	(285.854)	-	(19.128)	-	(304.982)
Ajuste a valor presente - realizações	57.318	-	-	3.798	61.116
	<u>178.662</u>	<u>16.029</u>	<u>(19.128)</u>	<u>3.798</u>	<u>179.361</u>
Circulante	<u>63.531</u>				<u>66.252</u>
Não circulante	<u>115.131</u>				<u>113.109</u>

**Notas Explicativas**

	31/12/2013	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2014
Constituição da provisão para manutenção	619.458	23.355	-	-	642.813
Efeito do valor presente sobre a constituição	(129.991)	(4.976)	-	-	(134.967)
Realização da manutenção	(385.722)	-	(15.376)	-	(401.098)
Ajuste a valor presente - realizações	74.303	-	-	4.364	78.667
	178.048	18.379	(15.376)	4.364	185.415
Circulante	49.932				42.744
Não circulante	128.116				142.671

**23. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS – CONSOLIDADO**

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

Esta provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, onde a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2012	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2013
Constituição da provisão para obras futuras	21.079	-	-	21.079
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(7.326)	-	-	(7.326)
Ajuste a valor presente - realizações	8.439	-	42	8.481
	12.181	-	42	12.223
Circulante	2.141			2.141
Não circulante	10.040			10.082

  

	31/12/2013	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2014
Constituição da provisão para obras futuras	21.079	-	-	21.079
(O Efeito do valor presente sobre a constituição)	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(7.890)	-	-	(7.890)
Ajuste a valor presente - realizações	8.609	-	203	8.812
	11.787	-	203	11.990
Circulante	9.519			9.680
Não circulante	2.268			2.310

**24. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS -CONSOLIDADO**

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião dos advogados e consultores legais da Companhia.

A movimentação e o saldo do período findo em 31 de março de 2014 e 31 dezembro de 2013 são como segue:

## Notas Explicativas

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
Saldos em 1º. de janeiro de 2013	17.727	17.959	2.678	38.364
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	341	128	171	640
(-) Pagamentos	(507)	(1.833)	-	(2.340)
(+) Atualização monetária	399	247	48	694
Saldos em 31 de março de 2013	17.960	16.501	2.897	37.358
	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
Saldos em 1º. de janeiro de 2014	51.348	10.567	3.291	65.206
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	2.003	265	103	2.371
(-) Pagamentos	(898)	(510)	-	(1.408)
(+) Atualização monetária	423	388	20	831
(+) Reclassificações	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2014	52.876	10.710	3.414	67.000

### (a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas possuem outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de março de 2014 no montante de R\$22.487 (R\$22.004 em 31 de dezembro de 2013), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

- A principal causa possível é da controlada direta Ecosul possui uma ação civil pública pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro de 2013 (R\$33.093 atualizado em 31 de março de 2014), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão", foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

### (b) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos sobre receitas acessórias. Em 31 de março de 2014, também existem outros processos de natureza tributária que totalizam R\$18.765 (R\$14.654 em 31 de dezembro de 2013), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão. O principal processo tributário classificado como possível é conforme segue:

- Processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada indireta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais. O valor estimado em 31 de março de 2014 é de R\$5.488 (R\$5.359 em 31 de dezembro de 2013).

### (c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de março

## Notas Explicativas

de 2014, também existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$28.452(R\$22.305 em 31 de dezembro de 2013), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

- A principal causa provável, ou seja, com constituição de provisão, é da controlada Ecocataratas que possui uma ação de responsabilidade solidária referente à reclamação trabalhista de ex-colaborador da empresa Qualix Serviços Ambientais S.A., pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da Companhia). Em 1º de agosto de 2011, a Ecocataratas ofereceu carta de fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. afiançou o valor da execução de R\$6.439. A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, tendo em 30 de novembro de 2012 sido constituída provisão de R\$7.127. Em 30 de outubro de 2013 o banco Bradesco executou a carta fiança em favor do reclamante, restando um saldo a pagar para esta ação, atualizado até 31 de março de 2014 de R\$1.425. Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Tal dever é objeto de procedimento arbitral instaurado pela EcoRodovias Infraestrutura perante a Câmara de Comércio Brasil Canadá, ainda sem julgamento de mérito, razão pela qual prevê-se um futuro possível ressarcimento dos valores desembolsados pela controladora direta Ecocataratas, em ação de execução de sentença arbitral.

### 25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social é de R\$696.715 e está representado por 696.715 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

#### b) Capital autorizado

Conforme Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

#### c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

#### d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No trimestre findo em 31 de março de 2014 não foram pagos valores a título de dividendos e juros sobre o capital próprio.

#### e) Participações de acionistas não controladores

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	3.311	3.205
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(499)	(6.363)
Participação nos lucros do período	1.409	6.469
Saldo final	<u>4.221</u>	<u>3.311</u>

## Notas Explicativas

### f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar os diretores estatutários da EcoRodovias Infraestrutura e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações ("contrato"), a ser celebrado entre a EcoRodovias Infraestrutura e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração disponibilizou 368.530 ações ordinárias para esse plano, como segue:

Data	1ª outorga 31/08/2010	2ª outorga 22/03/2011	3ª outorga 23/03/2012	4ª outorga 25/04/2013
Quantidade de opções de ações	-	-	26.454	342.076
Preço do período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58	R\$17,51
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de março de 2014, foi registrado na rubrica "Prêmio de opções" de R\$270 (R\$94 em 31 de março de 2013).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	3ª outorga	4ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2011	-	-	-
Outorgadas	26.454	-	26.454
Em 31 de dezembro de 2012	26.454	-	26.454
Outorgadas	-	342.076	342.076
Em 31 de dezembro de 2013	26.454	342.076	368.530
Outorgadas	-	-	-
Em 31 de março de 2014	26.454	342.076	368.530



## Notas Explicativas

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2015	17,22	92.132	2,93	270	11 meses
2016	17,22	92.134	3,50	322	23 meses
2017	19,39	85.519	4,90	419	35 meses
		<b>269.785</b>	<b>3,78</b>	<b>1.011</b>	

As condições para as opções estão demonstradas a seguir:

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou 3 programas de Recompra de ações que ocorrerão sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da Companhia; e (3) nos termos e as condições a seguir:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação no mercado	144.003.000	143.737.879	200.669.081
Quantidade máxima de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000

A EcoRodovias Infraestrutura mantém em tesouraria 1.582.992 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 31 de março de 2014, de R\$13,60. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 31 de março de 2014, é de R\$21.529.

## 26. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	-	-	<b>198.337</b>	186.518
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	-	-	<b>218.780</b>	185.009
Vale-pedágio	-	-	<b>39.036</b>	37.373
Outras	-	-	<b>192</b>	142
	-	-	<b>456.345</b>	409.042
Receita de construção	-	-	<b>88.309</b>	58.075
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	<b>42.434</b>	31.519	<b>19.123</b>	13.801
	<b>42.434</b>	31.519	<b>107.432</b>	72.392
Receita bruta	<b>42.434</b>	31.519	<b>563.777</b>	480.918
Deduções de receita bruta (d)	<b>(4.623)</b>	(3.545)	<b>(45.128)</b>	(39.889)
Receita líquida	<b>37.811</b>	27.974	<b>518.649</b>	441.029

(a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.

(b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

**Notas Explicativas**

- (c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas prestados pela Companhia.
- (d) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue quadro com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Base de cálculo de impostos				
Receita com arrecadação de pedágio	-	-	456.345	409.042
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	42.434	31.519	19.123	13.801
	<b>42.434</b>	<b>31.519</b>	<b>475.468</b>	<b>422.843</b>
Deduções				
Cofins (3%)	(3.225)	(2.396)	(17.345)	(15.062)
PIS (0,65%)	(700)	(520)	(3.760)	(3.264)
ISS (2% a 5%)	(698)	(629)	(24.023)	(21.563)
Devoluções e abatimentos	-	-	-	-
	<b>(4.623)</b>	<b>(3.545)</b>	<b>(45.128)</b>	<b>(39.889)</b>

**27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

Controladora	31/03/2014	31/03/2013
Pessoal	15.679	11.549
Conservação e manutenção	164	289
Serviços de terceiros	1.860	1.820
Locação e aluguéis de imóveis, veículos e máquinas	563	619
Depreciações e amortizações	2.338	1.911
Outros custos operacionais	1.959	1.167
	<b>22.563</b>	<b>17.355</b>
Classificados como-		
Custos dos serviços prestados	<b>22.563</b>	<b>17.355</b>
Consolidado	31/03/2014	31/03/2013
Pessoal	39.907	33.565
Conservação e manutenção	18.081	16.700
Serviços de terceiros (*)	15.410	14.166
Seguro (vide nota explicativa nº 32)	2.988	2.522
Provisão para manutenção	18.379	16.029
Custos de construção	88.309	58.075
Poder Concedente	6.068	9.838
Depreciações e amortizações	56.376	41.158
Locações de imóveis e máquinas	3.055	2.757
Outros custos e despesas operacionais	11.231	10.926
	<b>259.804</b>	<b>205.736</b>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	<b>236.994</b>	<b>187.575</b>
Despesas gerais e administrativas	<b>22.810</b>	<b>18.161</b>
	<b>259.804</b>	<b>205.736</b>

- (\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

**Notas Explicativas****28. RESULTADO FINANCEIRO**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2014</b>	<b>31/03/2013</b>	<b>31/03/2014</b>	<b>31/03/2013</b>
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	<b>8.446</b>	138	<b>19.784</b>	3.225
Juros sobre mútuo	<b>2.351</b>	2.105	-	-
Outras receitas financeiras	<b>339</b>	206	<b>723</b>	603
	<b>11.136</b>	2.449	<b>20.507</b>	3.828
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	<b>(14.241)</b>	(14.476)	<b>(35.671)</b>	(27.861)
Juros sobre financiamentos e arrendamento mercantil	-	-	<b>(10.153)</b>	(6.375)
Variação monetária sobre debêntures	<b>(13.429)</b>	(9.002)	<b>(45.606)</b>	(19.094)
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre direito de outorga	-	-	<b>(2.875)</b>	(1.862)
Amortização de custos com emissão de debêntures	<b>(964)</b>	(201)	<b>(2.532)</b>	(1.290)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01	-	-	<b>(4.567)</b>	(3.851)
Outras despesas financeiras	<b>(851)</b>	(1.634)	<b>(3.951)</b>	(2.614)
	<b>(29.485)</b>	(25.313)	<b>(105.355)</b>	(62.947)
Resultado financeiro	<b>(18.349)</b>	(22.864)	<b>(84.848)</b>	(59.119)

**29. LUCRO POR AÇÃO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO**

Lucro básico e diluído por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<b>31/03/2014</b>	<b>31/03/2013</b>
Lucro do trimestre atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	<b>111.451</b>	114.034
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	<b>696.715</b>	696.715
Lucro básico por ação das operações continuadas	<b>0,16</b>	0,16

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na nota explicativa 25.f, pois o plano de opção é da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

## Notas Explicativas

### 30. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS - PLR

A Companhia e suas controladas têm como política a Administração de Participação nos Lucros e Resultados - PLR aos seus funcionários, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No período findo em 31 de março de 2014, a PLR foi de R\$1.372 (R\$739 em 31 de março de 2013), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

### 31. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS- CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com o poder concedente, detalhados nas notas explicativas nº 16, nº 17, nº 18 e nº 21, deduzidos de caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações de acionistas não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 25.e).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de março de 2014, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos.

#### a) Risco de mercado

##### i) Exposição a riscos cambiais

A Companhia e suas controladas não apresentavam saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

##### ii) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA, do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

## Notas Explicativas

### Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formados por CDB, remunerados à taxa média ponderada de 100,5% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ao ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e obrigações com o poder concedente: são classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 16, nº 17, nº 18 e nº 21.

### Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Dívida (a)	<b>863.198</b>	834.564	<b>2.853.238</b>	2.784.157
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<b>(397.730)</b>	(320.520)	<b>(922.555)</b>	(789.829)
Dívida líquida	<b>465.468</b>	514.044	<b>1.930.683</b>	1.994.328
Patrimônio líquido (b)	<b>912.543</b>	803.480	<b>916.764</b>	806.791
Índice de endividamento líquido	<b>0,51</b>	0,64	<b>2,11</b>	2,47

- (a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com o poder concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 16, nº 17, nº 18 e nº 21.
- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de março de 2014 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Mercado
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	15.643	15.643
Clientes e clientes partes relacionadas (i)	Empréstimos e recebíveis	92.465	92.465
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Empréstimos e recebíveis	906.912	906.912
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	33.651	33.651
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	443.066	443.066
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	2.350.567	2.350.567
Obrigações com o poder concedente (iv)	Outros passivos financeiros	59.605	67.836

- (i) O saldo das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possui prazos de vencimento, substancialmente, em até 45 dias, portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários se aproximam do valor justo nas datas dos balanços.

## Notas Explicativas

- (iii) Calculado por meio do fluxo de caixa descontado, de acordo com as taxas indicativas BM&FBOVESPA do dia 31 de março de 2014, com base nas parcelas a vencer.
- (iv) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com o poder concedente".

As referidas taxas e PUs utilizadas para as projeções de mercados foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br), [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), [www.fgv.br](http://www.fgv.br), [www.fiduciario.com.br](http://www.fiduciario.com.br), [www.oliveiratrust.com.br](http://www.oliveiratrust.com.br) e [www.pentagonotrustee.com.br](http://www.pentagonotrustee.com.br).

### b) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes que são remunerados por taxas de juros variáveis e que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

### c) Risco de crédito

#### Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de março de 2014, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$70.915 (R\$85.228 em 31 de dezembro de 2013), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

### d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora direta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

## Notas Explicativas

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	945	1.031	903	3.433
BNDES	IPCA + 2,45% a.a.	35.210	34.722	34.187	143.784
Obrigações com o poder concedente	IGP-M	15.691	16.839	185.043	-
Debêntures	CDI + 0,79% a.a.	26.328	27.936	110.505	189.910
Debêntures	IGP-M + 9,50% a.a.	110.782	-	-	-
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	51.319	59.566	64.792	683.775
Debêntures	IPCA + 5,00% a.a.	9.007	9.530	10.142	101.676
Debêntures	IPCA + 5,35% a.a.	24.134	25.456	27.071	836.256
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	8.096	8.529	9.015	326.501
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	31.048	32.709	34.575	1.500.278
Capital de giro	108,4% do CDI	142.460	-	-	-
Capital de giro	108,0% do CDI	75.255	-	-	-
Capital de giro	CDI + 2,03% a.a.	14.419	-	-	-
Finame	2,5% a.a.	53	52	50	262
Finame	TJLP + 2,4% a.a.	270	276	259	31
Finame	TJLP + 3,4% a.a.	119	120	112	13
Finame	TJLP + 5,0% a.a.	54	56	51	8
BNDES	TJLP + 1,8% a.a.	5.738	5.437	5.133	6.369
BNDES	TJLP + 2,8% a.a.	2.531	2.383	2.235	2.747

### Análise de sensibilidade

#### *Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratadas pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (e)	Baixa do CDI	69.154	51.865	34.577
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures - Ecovias (b)	Alta do IGP-M	(48.617)	(49.296)	(49.907)
Juros sobre a 1ª série das debêntures - EcoRodovias (a)	Alta do CDI	(26.585)	(30.007)	(33.385)
Juros sobre a 2ª série das debêntures - EcoRodovias (c)	Alta do IPCA	(9.041)	(9.129)	(9.215)
Juros sobre a 3ª série das debêntures - EcoRodovias (c)	Alta do IPCA	(24.186)	(24.419)	(24.650)
Juros sobre a 1ª série das debêntures - Ecovias 2ª emissão (c)	Alta do IPCA	(8.083)	(8.103)	(8.122)
Juros sobre a 2ª série das debêntures - Ecovias 2ª emissão (c)	Alta do IPCA	(31.001)	(31.076)	(31.149)
Juros sobre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries das debêntures - Ecopistas (c)	Alta do IPCA	(39.139)	(39.545)	(39.947)
Empréstimos e financiamentos (d)	Alta da TJLP	(14.797)	(16.677)	(18.539)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do IPCA	(761)	(886)	(1.010)
Empréstimos e financiamentos (a)	Alta do CDI	(24.091)	(27.874)	(31.626)
Juros sobre obrigações com o poder concedente (b)	Alta do IGP-M	(76)	(95)	(114)
Juros a incorrer, líquidos		(157.223)	(185.242)	(213.087)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

## Notas Explicativas

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	11,00%	13,75%	16,50%
IGP-M (b)	7,30%	9,13%	10,95%
IPCA (c)	6,15%	7,69%	9,23%
TJLP (d)	5,00%	6,25%	7,50%

- (a) Refere-se à taxa do CDI projetada para 12 meses.  
 (b) Refere-se à taxa do IGP-M projetada para 12 meses.  
 (c) Refere-se à taxa do IPCA projetada para 12 meses.  
 (d) Refere-se à taxa da TJLP projetada para 12 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercados foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: Tendências Consultoria, [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br), [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) e [www.fgv.br](http://www.fgv.br).

### 32. SEGUROS CONTRATADOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Modalidade	Cobertura
Seguro-garantia	R\$571 milhões
Equipamentos	R\$1,1 milhões
"All Risk" - responsabilidade civil	R\$1.822 milhões
"All Risk" - danos materiais	R\$8.720 milhões
Seguro - sede	R\$3,5 milhões
"All Risk" - perda de receita	R\$1.674 milhões
"All Risk" - Obras de manutenção e conservação	R\$191 milhões
Veículos	Tabela FIPE
"All Risk" - Obras sede	R\$465 milhões



## Notas Explicativas

### 33. CONTRATOS DE CONCESSÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

#### Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, incluindo as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- (i) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o fim do contrato.
- (ii) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R\$10 mensais até o 11º ano e de R\$11 mensais do 12º ano ao fim do contrato.
- (iii) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):
  - 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
  - 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
  - 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
  - 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia Caminho do Mar foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2014</u>
Receita de construção	<b>6.986</b>	2.449
Custos de construção	<b>(6.986)</b>	(2.449)
	<u>-</u>	<u>-</u>

## Notas Explicativas

### Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Em 21 de dezembro de 2006, por meio do TAM nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Em 13 de novembro de 2012, através do Termo Aditivo nº 16/12, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 18 meses e 11 dias, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em decorrência da inclusão de novas obras e serviços no valor de R\$328.719, que incluem a remodelação do trevo localizado no km 55 da Rodovia Anchieta, com implantação de um anel viário interligando as rodovias Anchieta, Cônego Domênico Rangoni, Imigrantes e Padre Manoel da Nóbrega, e a construção de uma terceira faixa em ambos os sentidos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, entre o km 270 e o km 262, na região do Pólo Industrial de Cubatão. O contrato de concessão possui vigência até setembro de 2025.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

#### a) Ampliação principal

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

#### b) Pagamento de

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M, conforme descrito na Nota Explicativa nº 21.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário até 30 de junho de 2013. Apartir desta data conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

## Notas Explicativas

O contrato de concessão da Ecovias dos Imigrantes foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receita de construção	49.958	20.404
Custos de construção	<b>(49.958)</b>	(20.404)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor a partir da autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes, que condicionou a sua aplicação a partir de 1º de julho de 2013.

### Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no fim da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e fim do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e fim do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e fim do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e fim do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e fim do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.

## Notas Explicativas

- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviários S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário até 30 de junho de 2013. Apartir desta data conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, esta será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

- Prorrogação do prazo de concessão.
- Revisão tarifária.
- Revisão do cronograma de investimentos.
- Utilização do ônus fixo.
- Emprego de verbas do tesouro.
- Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos para a Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim; porém, os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receita de construção	<b>23.607</b>	23.596
Custos de construção	<b>(23.607)</b>	(23.596)
	<u>-</u>	<u>-</u>

## Notas Explicativas

### Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. – ECOSUL

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	125,6
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	123,0

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Em 30 de dezembro de 2013, foram publicados no Diário Oficial da União, a Resolução Nº4.236/13 e Resolução Nº4.237/13 da Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) referentes a 10ª Revisão Ordinária, a 6ª Revisão Extraordinária e o Reajuste das Tarifas Básicas de pedágio do complexo rodoviário administrado pela Ecosul, sua controlada direta. Com estas resoluções, as tarifas de pedágio para veículos de passeio foram reduzidas em 22,2% e as tarifas de pedágio para veículos pesados serão reduzidas em 4,2%. Em complementação haverá: (i) devolução de trecho não pedagiados da BR-293, que liga Pelotas a Bagé, com 161,1 km e acesso aos Molhes da Barra na rodovia BR-392, com 5,4km, totalizando 166,5 km de rodovias simples; (ii) incorporação da pista duplicada da BR-392, trecho Pelotas a Rio Grande, com extensão de 51,8 km e; (iii) aumento gradativo do fator multiplicador de veículos pesados em relação aos veículos de passeio para 2 entre 2014 e 2016, em linha com os padrões dos demais programas de concessões rodoviárias federais. O Termo Aditivo ao Contrato relativo a esses itens está em fase de elaboração e é fruto de negociações entre a Ecosul, Ministério dos Transportes e Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT), visando maximizar a eficiência das operações rodoviárias do Polo de Pelotas.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	31/03/2014	31/03/2013
Receita de construção	7.711	3.481
Custos de construção	(7.711)	(3.481)
	-	-

## Notas Explicativas

### Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação a, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos, inclusive judicialmente, desde o fim do ano 2002, pela Administração da Ecocataratas e pelo Governo do Estado do Paraná.

O prazo de duração da Ecocataratas é indeterminado, mas será estendido, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021).

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pelo Grupo EcoRodovias, com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento de verba anual de fiscalização em parcelas mensais de R\$77 durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de março de 2014, a parcela reajustada é de R\$249.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
  - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
  - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
  - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
  - 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Os bens que integram a concessão são as rodovias e os trechos rodoviários de acesso que compõem o sistema, compreendendo todas as edificações e demais bens móveis e imóveis que poderão ser cedidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER à Ecocataratas, de forma provisória, para que não ocorram interrupções nos serviços.

O contrato de concessão da Ecocataratas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

31/03/2014      31/03/2013

## Notas Explicativas

Receita de construção	47	8.145
Custos de construção	(47)	(8.145)
	-	-

### Compromissos relativos às concessões

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2013, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

#### 31.03.2014

Natureza dos Custos	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Total
	Previsão de 2014 a 2021	Previsão de 2014 a 2026	Previsão de 2014 a 2018	Previsão de 2014 a 2021	Previsão de 2014 a 2039	
Melhorias na infraestrutura	148.008	141.444	412.664	815	279.358	982.289
Conservação especial (manutenção)	61.174	32.229	309.348	309.717	413.923	1.126.391
Equipamentos	10.331	11.675	54.321	61.527	191.159	329.013
Total	219.513	185.348	776.333	372.059	884.440	2.437.693

#### 31.12.2013

Natureza dos Custos	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Total
	Previsão de 2014 a 2021	Previsão de 2014 a 2026	Previsão de 2014 a 2018	Previsão de 2014 a 2021	Previsão de 2014 a 2039	
Melhorias na infraestrutura	151.439	145.878	471.324	798	293.288	1.062.727
Conservação especial (manutenção)	60.751	31.543	310.235	313.070	409.120	1.124.719
Equipamentos	10.218	11.461	54.323	60.379	187.355	323.736
Total	222.408	188.882	835.882	374.247	889.763	2.511.182

### 34. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e suas controladas e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores, para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No trimestre findo em 31 de março de 2014, a Companhia e suas controladas contribuíram com o montante de R\$423 (R\$331 em 31 de março de 2013), registrado na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

### 35. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DAS CONTROLADAS ECOVIA CAMINHO DO MAR E ECOCATARATAS

#### Informações adicionais sobre o contrato de concessão

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S/A e a Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas

## Notas Explicativas

seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

As Companhias buscam, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os respectivos contratos de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos.

Diante da atual Administração estadual, as concessionárias estão em processo de revisão contratual desde agosto de 2011. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria deferidos.

Os reajustes tarifários de 2011 a 2013 foram aplicados administrativamente, sem necessidade de ações judiciais, assim como o degrau tarifário previsto para o dezembro de 2013 nas praças de pedágio da Ecocataratas.

Em março de 2012 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado de solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que promova o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. Foi apresentado pedido de reexame em 23/04/2012 pelas concessionárias em razão da não participação processual. Aguarda-se julgamento.

Também em março de 2012 foi emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido relatório concluiu preliminarmente que o contrato pode encontrar-se desequilibrado em desfavor do usuário. Foi apresentada defesa e impugnados os critérios considerados para reequilíbrio e as conclusões preliminares do relatório. Não há julgamento final ainda.

Em 09/07/2013, mediante ato do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, foi constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. As concessionárias de rodovia do Estado colaboraram ativamente com os trabalhos, através da entrega de documentos, apresentação de explicações e depoimento de seus Presidentes. A CPI teve encerramento oficial em 04/03/2014 e aguarda-se a entrega do relatório final.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, do acórdão e relatório dos Tribunais de Contas da União e do Estado do Paraná, respectivamente, assim como quanto à publicação de relatório final da CPI do Pedágio, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações e de suas controladas não é provável.

No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses. As eventuais decisões dos Tribunais de Contas, assim como da CPI do Pedágio, ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

### 36. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Companhia e de suas controladas consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.



## **Notas Explicativas**

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia e de suas controladas.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos

Administradores e Acionistas da

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

São Bernardo do Campo - SP

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de maio de 2014.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP144343/O-3 Contador CRC-1SP-249186/O-5

